

## ENTIDADES ESTUDAM CRIAR CÂMARA TEMÁTICA

Encontro entre empresários, secretarias estaduais, entidades e lideranças, organizado pelo Sindicer/RS, buscou alternativas para o setor oleiro e cerâmico

**O** Sindicer/RS está em tratativas com o governo estadual para a instalação de uma câmara temática do setor oleiro e cerâmico, junto à Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI). A proposta foi definida em reunião, em 7 de agosto, na Sala do Investidor do Centro Administrativo Fernando Ferrari, em Porto Alegre. O encontro reuniu representantes da SDPI, da secretaria estadual da Fazenda, da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam), do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Banrisul, Caixa Econômica Federal e BRDE, além de deputados da bancada gaúcha.

Cerca de 70 empresários de diversas partes do Rio Grande do Sul participaram da atividade, além de representantes da Faculdade de Engenharia da Ufrgs, responsável pelo estudo *Avaliação da Indústria de Blocos e Telhas do RS e SC e seus Impactos na Economia do RS*. O presidente do Sindicer/RS, Jorge Ritter, explicou os problemas que o setor enfrenta, elencando os principais pedidos dos empresários: mais fiscalização, benefício tributário aos fabricantes de telhas naturais, esmaltadas e tabelas, criação de uma linha de crédito específica para o setor e maior agilidade nos processos de licenciamento.

O diretor da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), Sergio Capron, sugeriu que empresários do setor formem um Arranjo Produtivo Local (APL) e participem do Programa de Fortalecimento das Cadeias e APLs em 2014. A política pública apoia o desenvolvimento dos territórios e estimula a auto-organização produtiva de aglomerações setoriais. Para tornar o setor mais competitivo, o deputado Giovani Feltes (PMDB)

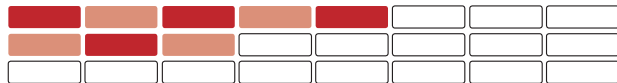
levantou a possibilidade da criação de uma linha de crédito para atender às necessidades das empresas da região Sul do Estado, menos desenvolvidas tecnologicamente, e outra para ampliação das mais modernas. A prefeita de Cristal, Fábica Richter, sugeriu que uma proposta formal seja entregue às instituições bancárias, que se comprometeram a estudar a sua viabilidade.

A respeito da demora na liberação de licenças ambientais, a Fepam declarou não possuir funcionários suficientes para atender as cerca de 115 mil licenças que aguardam análise. O assessor da SDPI, Cristóvão Feil, pediu que as empresas enviem seus pedidos à secretaria para intermediar o diálogo com a Fepam.

Um ofício contendo as dificuldades do setor foi entregue pelo presidente Jorge Ritter ao representante da Secretaria da Fazenda, Fábio Weber, bem como uma cópia do estudo feito pela Ufrgs, atestando que com mais incentivos o ramo tem condições de gerar mais de 12 mil empregos no Rio Grande do Sul. O conselheiro fiscal do Sindicer/RS, Cláudio Vogel Filho, reforçou o desejo dos empresários de que os governantes se manifestem sobre as solicitações feitas pela entidade. "A realidade foi exposta e o governo tem que tomar uma atitude. Estamos ficando para trás."



Divulgação/Sindicer/RS



## EDITORIAL



Olá, amigos! Chegamos a mais uma edição do Infocer, trazendo boas notícias aos empresários cerâmicos e oleiros. As tratativas com o governo, entidades ambientais e outros órgãos ligados ao setor estão

bem avançadas para que possamos conquistar mudanças importantes na legislação. Esperamos dessa forma combater a concorrência desleal com os produtos provenientes de Santa Catarina que mensalmente, segundo estudo da Ufrgs, fazem com que 32 milhões de blocos e telhas entrem no Rio Grande do Sul vindos do estado vizinho.

Nos dias 23 e 24 de setembro, o Sindicer/RS, juntamente com a Anicer, realizou reuniões nos municípios de Pelotas e Candelária, onde conversamos com os ceramistas locais e dos arredores sobre a importância de manter em dia os equipamentos, de acordo com a NR-12, e de produzir produtos conforme a legislação. Também apresentamos os resultados de combate à não conformidade do Programa Setorial de Qualidade (PSQ) realizado na região sul. Estamos fechando uma parceria com o Senai-RS para fazer o diagnóstico e dar orientações para correções de não conformidades.

Em virtude do rompimento do dique do Passo Feijó, distante 800 metros da Fiergs – onde fica localizada nossa entidade –, ficamos duas semanas sem acesso à sede, realizando atendimentos em *home office*. Aos poucos os serviços afetados estão sendo normalizados. Um abraço e até a próxima!

**Jorge Romeu Ritter**  
Presidente do Sindicer/RS



Divulgação/Sindicer/RS

## Sindicato prepara carta aberta

Dando seguimento às mobilizações em prol do setor cerâmico e oleiro, o Sindicer/RS elaborou uma carta aberta que será entregue ao governador Tarso Genro. O documento foi debatido em reunião de diretoria, no dia 18 de setembro, na Macro Office, em Porto Alegre. Entre as reivindicações estão a isenção de ICMS para telhas – a exemplo do que já ocorre com os tijolos –, a maior agilidade na concessão de licenças ambientais junto à Fepam e o aumento da fiscalização na fronteira com Santa Catarina. Estima-se que 25% do material cerâmico utilizado no Rio Grande do Sul seja proveniente do Estado vizinho.

A entidade também pede maior atenção do Inmetro na fiscalização dos produtos vindos de fora do Estado, a criação de um Arranjo Produtivo Local do setor e a idealização de um selo de qualidade para o material gaúcho. A carta cita ainda a criação de uma Câmara Temática e a reserva de mercado para o produto local. O chefe de gabinete da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), Cristóvão Feil, participou do encontro e também auxiliou na construção da carta. Segundo ele, o governador está disposto a receber o setor, mas depende de agenda.

A reunião ainda foi marcada pela apresentação da metodologia da assessoria em apreciação de risco do Senai. O Coordenador do Núcleo de Segurança do Trabalho, Giovani Motta de Castro, também apresentou o projeto de um curso para ensinar a pensar a NR-12. A iniciativa, que busca evitar acidentes e doenças ocupacionais em máquinas e equipamentos, capacitará as empresas a realizar a análise de suas próprias máquinas. “A ideia é que haja 10 empresas por grupo de trabalho”, explica o coordenador. O treinamento, que está em processo de formatação no núcleo, é dividido em sete módulos e deve estar disponível nas opções presencial e ensino a distância. O curso tem previsão de início no primeiro semestre de 2014.



Sindicato das Indústrias de Olaria e de Cerâmica para Construção no Estado do Rio Grande do Sul



Av. Assis Brasil, 8787 – Bloco 10 / 3º andar  
CEP 91140-001 – Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone: (51) 3347-8755 | Fax: (51) 3364-3336  
contato@sindicerr.org.br / www.sindicerr.org.br

### PRESIDENTE:

Jorge Romeu Ritter

### VICE-PRESIDENTE:

Antônio Cristóvão Kipper

### DIRETOR SECRETÁRIO:

Evandro Zini Cherubini

### Diretor Tesoureiro:

Juan Carlos Leite Germano

### DIRETORES EFETIVOS:

Jacir Izeu Ceccato

Lino Marcon

Eduardo Daudt

### DIRETORES SUPLENTE:

Paulinho Antonio Menegotto

Nelson Iedo Grasselli

Guido Einhardt

Jacson Orlando Lange

Luís Fernando Ritter

Adair Luis Haiduck

José Renato Soster

### CONSELHO FISCAL EFETIVO:

Juan Roberto Germano

Nelson Ely Filho

Cláudio Vogel Filho

### CONSELHO FISCAL SUPLENTE:

Paulo Roberto dos Santos Soares

José Plínio Rohr

João Valter Soster

### DELEGADOS REPRESENTANTES

#### JUNTO À FIERGS:

##### Efetivos:

Juan Roberto Germano e Jorge

Romeu Ritter

##### Suplentes:

Nelson Ely Filho e Antônio

Cristóvão Kipper

### Produção e Execução:



Edição: Fernanda Reche – MTb 9474

Textos: Cláudia Boff e Paola Oliveira

Revisão: www.pos-texto.com.br

Edição de Arte: Silvío Ribeiro

Diagramação: Vanessa Bratz

Pré-impressão, CTP e impressão:

Gráfica Trindade

Tiragem: 1.200 exemplares

## AUDIÊNCIA DEBATE LIBERAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

Um comitê técnico para tratar a regulamentação da lei 140/2011, que estabelece normas de cooperação entre órgãos públicos para a proteção do meio ambiente, foi criado para que haja maior participação dos municípios no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema). A decisão foi tomada durante audiência pública, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, no dia 28 de agosto. Proposto pelo deputado estadual João Fischer (PP), o encontro debateu meios para acelerar a análise dos processos de licenciamento ambiental.

As constantes mudanças nas portarias editadas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler



Divulgação/Sindicar/RS

(Fepam) e o não cumprimento dos convênios de delegação de competência, assinados pela instituição com as prefeituras, foram algumas das reclamações dos representantes de municípios, setor produtivo industrial, agrícola e habitacional. Durante a reunião, o presidente do Sindicar/RS, Jorge Romeu Ritter, destacou a dificuldade de expansão que o setor cerâmico enfrenta por causa da demora nos licenciamentos.

O comitê técnico será formado por representantes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Fepam, Consema, Ministério Público, Tribunal de Contas, Prefeituras e entidades ambientais do Consórcio Pró-Sinos e do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (Comitesinos). “Precisamos mudar essa realidade”, declarou o deputado João Fischer.

A diretora técnica da Fepam, Dolores Pineda, reconheceu a dificuldade na liberação de licenças. Segundo ela, um novo regimento com o Instituto Histórico e Artístico Nacional auxiliará no trabalho. Dois projetos foram enviados à Assembleia para contratação emergencial de técnicos e a regularização do plano de cargos e salários para a abertura de concurso público.

## SINDICATO REIVINDICA MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO

O presidente do Sindicar/RS, Jorge Ritter, participou de reunião da bancada parlamentar gaúcha, em 16 de setembro, no Memorial da Assembleia Legislativa. Ritter aproveitou a oportunidade para transmitir ao coordenador da bancada, deputado Alceu Moreira (PMDB), a preocupação dos empresários do setor cerâmico sobre o Regime de Prioridade usado nos registros de licença e concessões de lavra para o fornecimento de argila.

A queixa dos empresários é de que o Código de Mineração dá preferência para quem fizer primeiro o requerimento de exploração do mineral. Segundo Ritter, isso está trazendo desvantagens para o setor. “Se há uma área mineral na minha terra que não

foi licenciada, qualquer um pode requerê-lo. Quando eu quiser usar esses recursos, terei que pedir permissão e pagar para quem tem a licença”, explica o presidente, citando que a reivindicação busca que o proprietário das terras tenha prioridade.

Ele observa que o regime de prioridade está atrapalhando a compra e venda de terras, pois os empresários não querem comprar algo já licenciado por um terceiro. “Ninguém licencia toda a área que tem porque sai muito caro, e essa determinação acaba prejudicando o proprietário”, conclui Ritter. O sindicato preparará um ofício para entregar ao deputado Alceu Moreira, que se prontificou a levar a reivindicação aos órgãos competentes.

## ENTIDADES BUSCAM O CRESCIMENTO CERÂMICO EM CRISTAL

Buscando alternativas para o crescimento cerâmico em Cristal, o presidente do Sindicar/RS, Jorge Romeu Ritter, se encontrou com representantes do setor no município. A reunião ocorreu em 8 de agosto, no gabinete da prefeita Fábica Richter. A maioria das 16 olarias da cidade participaram da atividade, em que Ritter explicou o funcionamento do sindicato e incentivou a troca de experiências.

A prefeita também pretende se reunir com o vice-governador Beto Grill, além de buscar apoio da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) para criar uma associação dos municípios que possuem empresas oleiras e cerâmicas.

Em 19 de setembro, Fábica reuniu empresários do setor e representantes do Banrisul, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa. O



Divulgação/Sindicar/RS

encontro, no CTG General Bento Gonçalves, solicitou às instituições financeiras linhas de crédito com condições flexíveis. Empresários que querem investir e modernizar suas instalações também tiveram contato com consultores do Sebrae, que disponibilizou uma unidade móvel na praça Os Pioneiros, em Cristal, no dia 23 de setembro.

## DA ATIVIDADE PRINCIPAL/PREPONDERANTE/RAT/FAP

O emaranhado legal brasileiro cria situações *sui generis*. A pergunta qual a atividade principal/preponderante de uma empresa? não é de fácil resposta e, dependendo da forma como se responde, terá implicações diversas.

Na inscrição no CNPJ, quando ocorre a definição do código Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), a Receita Federal adota o critério da atividade que gera o maior faturamento da empresa. A mesma Receita Federal (centralizando atividades da Previdência Social), diante da mesma pergunta, adota o critério da atividade que possui o maior número de segurados para fins do enquadramento do Risco Ambiental do Trabalho (RAT).

Em verdade, a Receita não dá sinais neste sentido, contando com certo respaldo legal. Assim, dispôs a Solução de Consulta 40, de 30 de julho de 2012: "Não há necessária vinculação entre a atividade principal do órgão público, que define o código CNAE para fins de inscrição no CNPJ, e a atividade preponderante do órgão público, que define o enquadramento no grau de risco para fins de apuração da alíquota a ser utilizada no cálculo da contribuição do SAT/GILRAT."

Na solução à consulta são citados dispositivos legais que não dão o respaldo pretendido pelo órgão. O faturamento, como critério determinante, só foi referido legalmente na Medida Provisória nº 612, de 4 de abril de 2013, que alterou a lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011: § 9º As empresas para as quais a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela contribuição sobre a receita bruta estiver vinculada ao seu enquadramento no CNAE deverão considerar apenas o CNAE relativo a sua atividade principal, assim considerada aquela de maior receita auferida ou esperada, não lhes sendo aplicado o disposto no § 1º (Incluído pela Medida Provisória nº 612, de 2013) (Produção de efeito).

O número de segurados como critério determinante está previsto na Instrução Normativa nº 971/09, que já se harmonizava

com o decreto nº 3.048, de 1999, e mesmo alterações posteriores (decreto nº 6.945, de 2009): Art. 72. § 1º A contribuição prevista no inciso II do *caput* será calculada com base no grau de risco da atividade, observadas as seguintes regras: c) a empresa com mais de um estabelecimento e com mais de

uma atividade econômica deverá somar o número de segurados alocados na mesma atividade em toda a empresa e considerar preponderante aquela atividade que ocupar o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos, aplicando o correspondente grau de risco a todos os estabelecimentos da empresa, exceto às obras de construção civil, para as quais será observado o inciso III deste parágrafo.

Hoje, no Brasil, milhares de empresas para fins de enquadramento de RAT possuem uma determinada atividade preponderante, completamente dissociada da atividade principal que diz respeito à inscrição no CNPJ. As consequências são enormes.

Conforme o enquadramento do RAT (ainda mais pela regra do GILRAT/FAP), a empresa pode pagar alíquotas à Previdência Social que variam de 0,5 até 6%. Na alíquota aplicada sobre a folha da empresa, vemos a magnitude financeira do problema. No que diz respeito à inscrição no CNPJ, o fato de a empresa estar enquadrada em ou um outro CNAE pode ser determinante para, por exemplo, saber se a atividade recebe ou não os benefícios da desoneração da folha de pagamento.

Vemos que o mesmo órgão que de um lado cobra a conta pelo enquadramento eventualmente errado da empresa acerca da sua atividade principal/preponderante é o mesmo que propõe regras obscuras de enquadramento. Será fruto do acaso ou da ganância arrecadatória do nosso Estado?

Fábio Silva/Silveiro Advogados



Guilherme Guimarães (D) e Daniel Báril, advogados



**WA200**

- Peso 10.200 kg
- Potência de motor 127 HP
- Caçamba 2,0 m<sup>3</sup>
- Transmissão Hidrostática
- Komtrax
- Fabricação Nacional

CHAPECÓ-SC

(49) 3361.5399

mantomac@mantomac.com.br

BLUMENAU-SC

(47) 3144.5399

mantomac.bnu@mantomac.com.br

FARROUPILHA-RS

(54) 2109.5399

mantomac.far@mantomac.com.br

## Inscrições para encontro da Indústria Cerâmica Vermelha

As inscrições para o Encontro Nacional da Indústria de Cerâmica Vermelha 2013 estão abertas. A 42ª edição do evento ocorre entre 25 e 28 de outubro, no pavilhão do Centro de Convenções de Pernambuco (Cecon), em Recife, e tem como objetivo reunir empresários, entidades de classe, pesquisadores e fornecedores para debater os principais temas ligados ao setor, como tecnologia e sustentabilidade. Realizado anualmente em uma cidade diferente do país, o encontro inclui a 16ª Exposição de Máquinas, Equipamentos, Produtos, Serviços e Insumos para a Indústria Cerâmica (Expoanicer), com expositores de diversas nacionalidades, exibindo as últimas novidades em tecnologia. Além disso, a Anicer fechou uma parceria com o Inmetro, que disponibilizará um estande para tirar dúvidas dos participantes sobre os mais diversos temas. A ação também contará com palestras sobre as portarias números 5 e 658 que tratam, respectivamente, de telhas e de certificação, e da portaria nº 16, que trata de componentes cerâmicos e deve ser substituída pela portaria nº 132.

O evento terá clínicas tecnológicas, fóruns de debate, visitas técnicas às cerâmicas Bom Jesus e Kitambar, de Pernambuco, além da entrega dos prêmios Jovem Ceramista e João-de-Barro. As distinções destacam personalidades, indústrias cerâmicas, instituições e fornecedores que contribuem com ações inovadoras e práticas de qualidade para a melhoria e o desenvolvimento do setor. A programação conta ainda com palestras como *Adequação*



Divulgação/Anicer

de processos através da inovação e ferramentas da qualidade, com Armando Alves de Oliveira (Escola Senai Mario Amato) e Edvaldo Maia (Assessor Técnico da Anicer), e *Os desafios do licenciamento ambiental na indústria cerâmica*, com Isabelle Saraiva e Thiago Negreiros Moura (consultores do projeto Cerâmica Sustentável é + Vida). Nos fóruns, o diretor-presidente da consultoria Ideia Sustentável Ricardo Voltolini debaterá o tema *A sustentabilidade como ferramenta de negócio para a pequena empresa*, enquanto o especialista em comunicação de vendas Alfredo Rocha apresentará a palestra *Um novo tempo de vendas e atendimento*.

É possível fazer o pacote para todo o evento e também se inscrever somente para as clínicas ou para a exposição. Os fóruns são gratuitos. As inscrições para o encontro podem ser feitas pelo site [www.anicer.com.br](http://www.anicer.com.br). Mais informações pelo telefone (21) 2262-0532.



Divulgação/Batimat

## Delegação na Batimat 2013

A Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer) convida os empresários cerâmicos para integrar a delegação do setor na Batimat 2013 – uma das principais feiras de construção do mundo. O evento ocorrerá de 4 a 8 de novembro, em Paris, na França, focado em temas como sustentabilidade, eficiência energética e acessibilidade dos edifícios.

Aproveitando a oportunidade, a Anicer desenvolveu uma programação especial entre os dias 2 e 10 de novembro, com visitas à Batimat, a uma cerâmica francesa, acompanhada de tradutor, passeio turístico, confraternização e assistência permanente da agência de viagens.

A Batimat é realizada a cada dois anos, na capital francesa. Em 2013, ocupará uma área de mais de 200 mil metros quadrados. A última edição do evento contou com 2.380 expositores e 350 mil visitantes de 171 países. Mais informações sobre a viagem em [www.anicer.com.br](http://www.anicer.com.br) ou pelo telefone (21) 2524-0128.

## Mantida multa sobre o FGTS

O Congresso Nacional manteve a sanção presidencial que vetou a extinção da multa de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O resultado foi divulgado pela Secretaria Geral do Senado, após a sessão de votação conjunta e secreta de deputados e senadores que analisou 95 vetos presidenciais, no dia 17 de setembro. A multa de 10% é paga pelos empregadores em demissões sem justa causa. A cobrança rende R\$ 3 bilhões por ano aos cofres públicos.

## Fim do imposto de fronteira

A Assembleia Legislativa gaúcha aprovou por unanimidade o fim do decreto que estipulava a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de fronteira para empresas do Estado enquadradas no Simples Nacional. Proposto pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto acaba com o diferencial de alíquota de 5% sobre mercadorias trazidas de outros estados por micro e pequenas empresas.

Com a aprovação, o pagamento da alíquota passa de 17% para 12%. A sessão, ocorrida em 10 de setembro, foi acompanhada por empresários de diversos setores, que comemoraram o resultado. O governo entrou com ação na Justiça contra a decisão.



## TRADIÇÃO EM OLARIA E VALORES FAMILIARES

Os irmãos Ironice Maria Müller e Leonardo Luiz Müller são os responsáveis por preservar uma tradição familiar presente na Olaria São Pedro. A empresa, de São Pedro da Serra, iniciou suas atividades em 1964, com a sociedade de Beno Kuvler e Beno Afonso Müller – pai de Ironice e Leonardo. Em 1975, Kuvler vendeu sua parte a Aloísio Paulo Schmitz, que permaneceu na sociedade até 1986. Beno Müller transferiu no mesmo ano a sua parte recém adquirida para os dois filhos. “Meu avô já tinha a olaria, mas não há documentação para saber a data de fundação. A empresa ficou fechada por algum tempo, até que em 20 de fevereiro de 1958, minha mãe, Anita, juntamente com seu irmão Beno Junges, seu cunhado Beno Kunzler e o amigo Aloiso Humes, decidiram reabrir o negócio”, explica Ironice, calculando que a primeira olaria da família foi inaugurada no começo do século.

A Olaria São Pedro fabrica tijolos de seis e oito furos, além de tijolos maciços e tabelas. No começo, houve a tentativa de também fabricar telhas, mas a argila pedregosa da região não favoreceu o processo. Atualmente, a empresa possui 24

funcionários. Desde que assumiram o comando dos negócios, Leonardo e Ironice tentaram adquirir mais equipamentos e aumentar a produção. “A ideia sempre foi modernizar a olaria, investindo em novas estufas para secagem, esteiras e cortadores automáticos.” Devido a uma crise que quase fez a olaria fechar as portas, os irmãos, juntamente com Eloi Chies (já falecido), fundaram outra empresa, em 1997. A São Pedro Concretos fica no pátio da olaria e produz toda a linha de materiais de construção. “Herdamos o nome tradicional e os valores deixados por nossos pais, que nos ensinaram a produzir material de qualidade, ter o nome limpo e pagar sempre as contas, independentemente das adversidades.”



Divulgação/Olaria São Pedro

REMETENTE: Av. Assis Brasil, 8787 Bloco10 / 3º andar CEP 91140-001 – Porto Alegre – RS – Brasil

Apresentando na construção do Brasil  
**45 ANOS**  
**MSSOUZA**  
MARCA DE FORÇA  
[www.mssouza.com.br](http://www.mssouza.com.br)

**Tudo que o Ceramista precisa em uma única Extrusora sem custo adicional.\***

- Embudo Regulável
- Painel de Monitoramento Eletro-pneumático
- Articulador do Embudo
- Relógio de Pressão
- Boquilha
- Visor de Óleo com Medidor de Temperatura



### Articulador do Embudo

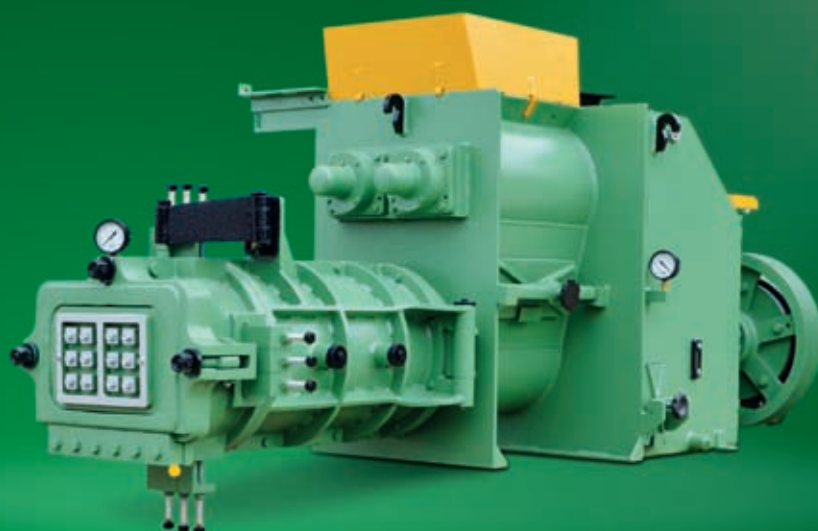
Facilita a movimentação do embudo quando da abertura do câmbio.

### Embudo Regulável

Permite o ajuste com uniformidade da velocidade de massa em todo o perímetro da forma sem acastelar parafusos da extrusora. Este componente evita as paradas frequentes para as correções de velocidade através dos freios que fazem parte da forma, proporcionando um ganho expressivo de produção.

### Relógio de Pressão

Monitora a pressão do fluxo de massa para manter uma regularidade no processo de extrusão do produto.



### Painel de Monitoramento



Painel de Monitoramento da Pressão do Sistema Pneumático de acionamento da embreagem, evitando alteração das condições de rotação da extrusora mesmo que ocorra uma variação de pressão da rede pneumática. Este painel também está montado com um instrumento digital de leitura da tensão e voltagem do motor elétrico de acionamento da extrusora.

\*Extrusoras acima de Ø 300 mm com pedidos confirmados a partir de Maio/2012



48 3621 9900

[vendas@mssouza.com.br](mailto: vendas@mssouza.com.br) | [comex@mssouza.com.br](mailto: comex@mssouza.com.br)  
[pecas1@mssouza.com.br](mailto: pecas1@mssouza.com.br) | [pecas2@mssouza.com.br](mailto: pecas2@mssouza.com.br)

Representante do Estado do RS:

Nelson Favorino Daudt  
[nelsondaudt777@gmail.com](mailto: nelsondaudt777@gmail.com)  
Fone: (51) 3592 2974  
(51) 9988 6682